

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS.

Pregão Eletrônico nº 90006/2025 – SR/PF/AL (UASG 200358)

Objeto: Prestação de serviços de Apoio Administrativo

Recorrente: ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA

CNPJ: 05.665.521/0001-81

Representante Legal: Stênio Barbosa de Lucena – CPF 451.961.924-68

Recorrida: WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

CNPJ: 11.486.088/0001-10

A **ASSERT SERVICOS EM GESTAO DE RECURSOS HUMANOS LTDA**, entidade com personalidade jurídica de direito privado, cadastrada no CNPJ/MF sob nº 05.665.521/0001-81, neste ato representada por seu representante legal, **STÊNIO BARBOSA DE LUCENA**, portador do CPF 451.961.924-68, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, nos termos do art. 65 da Lei nº 14.133/21, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO em face da classificação do licitante **WNS SERVICOS E LOCACOES LTDA**, inscrita no CNPJ Nº 11.486.088/0001-10, o que faz pelas razões que passa a expor:

I. DA TEMPESTIVIDADE DO REQUERIMENTO DE RECURSO NO CAMPO COMPETENTE

O art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, dispõe que o prazo para oferecimento de recurso contra habilitação da vencedora no certame da licitação é de 03 dias. Como a RECORRENTE manifestou intenção de recurso no dia 11/11/2025 (terça-feira), o prazo encerra-se de pleno direito no dia 14/11/2025 (sexta-feira), razão pela qual encontra-se tempestivo o presente recurso.

Vejamos:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

Av. Getúlio Vargas, 1038, Sala 3, Bairro Novo, Olinda-PE
CEP: 53.030-010 Fone: (81) 3081-6724.

d) anulação ou revogação da licitação;

e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

II. DOS FATOS

A UNIÃO por meio SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL EM ALAGOAS, instaurou processo licitatório de Pregão Eletrônico, nº 90006/2025, visando Contratação de serviços terceirizados de apoio administrativo a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

A razão do presente recurso reside na **inexequibilidade da proposta** apresentada pela empresa vencedora, uma vez que **não contemplou, no item referente a férias, a devida incidência dos encargos sociais obrigatórios de INSS e FGTS**, o que compromete a formação correta do custo e a sustentabilidade contratual da proposta.

III. DOS CUSTOS OBRIGATÓRIOS NA PLANILHA DE CUSTOS

Seguindo os trâmites previstos no Edital, no dia 11/11/2025 a RECORRIDA foi convocada pelo menor preço, e teve sua proposta aceita pelo Sr. Pregoeiro e equipe de apoio. Vejamos o que preceitua o edital sobre as condições para desclassificação das propostas no seu item 8.9:

8.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.9.1. contiver vícios insanáveis;

8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.9.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.9.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

Como poderemos ver abaixo, a planilha do licitante contempla a incidência dos encargos previdenciários e trabalhista (INSS e FGTS), sobre um terço de férias, mas **NÃO** contempla sobre o item férias, pois propositalmente foi posto no “Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente”, pois neste modulo a planilha não tem incidência dos encargos previdenciários e trabalhista.

Acontece que quando o funcionário titular ao completar um ano de contrato, terá direito a 30 dias de férias, que corresponde ao seu salário + 1/3, com todas as incidências previdenciárias e trabalhistas.

Pergunto: De onde estará vindo essa obrigação?

Já que não está sendo previsto na sua planilha de custos do licitante.

Abaixo disponibilizo o print da tela, onde verificamos que um 1/3 de férias tem sua obrigação trabalhista e previdenciária sendo cumprida como determina a legislação previdenciária e trabalhista.

| Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários | | | | |
|--|---|-------------|-------------|-------------|
| Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário e Adicional de Férias | | | | |
| 2.1 | 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e | Valor (R\$) | Valor (R\$) | Valor (R\$) |
| A | 13º (décimo terceiro) Salário (8,33%) | 216,62 | 216,62 | 281,61 |
| B | Adicional de Férias (2,78%) | 72,29 | 72,29 | 93,98 |
| Total (11,11%) | | 288,92 | 288,92 | 375,59 |
| A = (1/12 x 100) = 8,33%; B = (1/3 x 1/12 x 100) = 2,78% | | | | |
| Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço | | | | |
| 2.2 | GPS, FGTS e outras contribuições | Valor (R\$) | Valor (R\$) | Valor (R\$) |
| A | INSS (20%) | 577,88 | 577,88 | 751,25 |
| B | Salário Educação (2,50%) | 72,24 | 72,24 | 93,91 |
| C | SAT (RAT X FAT - 1,5%) | 43,34 | 43,34 | 56,34 |
| D | SESC ou Sesi (1,50%) | 43,34 | 43,34 | 56,34 |
| E | SENAI - SENAC (1,00%) | 28,89 | 28,89 | 37,56 |
| F | SEBRAE (0,60%) | 17,34 | 17,34 | 22,54 |
| G | INCRA (0,20%) | 5,78 | 5,78 | 7,51 |
| H | FGTS (8,00%) | 231,15 | 231,15 | 300,50 |
| Total (36,80%) | | 1019,96 | 1019,96 | 1325,95 |

Já no print abaixo, o licitante ao fazer constar o item “FÉRIAS” neste módulo, se beneficia na redução de seus cálculos, pois neste “MÓDULO”, que é destinado a REPOSIÇÃO DO FUNCIONÁRIO AUSENTE”, não há o provisionamento de encargos PREVIDENCIÁRIOS E NEM TRABALHISTA (INSS e FGTS), pois se destina exclusivamente ao substituto e não ao profissional titular.

Fica claro que a intenção foi basicamente de auferir vantagem sobre os demais licitantes se beneficiando de um preço final menor, através de meios que vão de encontro as legislações Previdenciária e Trabalhista;

| Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente | | | | |
|---|---|-------------|-------------|-------------|
| Submódulo 4.1 - Ausências Legais | | | | |
| 4.1 | Ausências Legais | Valor (R\$) | Valor (R\$) | Valor (R\$) |
| A | Substituto durante Férias (8,33%) | 216,62 | 216,62 | 281,61 |
| B | Substituto durante ausência por doença (1,39%) | 36,15 | 36,15 | 46,99 |
| C | Substituto durante licença maternidade (0,29%) | 7,54 | 7,54 | 9,80 |
| D | Substituto durante licença paternidade (0,02%) | 0,52 | 0,52 | 0,68 |
| E | Substituto durante ausências legais (0,28%) | 7,28 | 7,28 | 9,47 |
| F | Substituto durante ausências por acidente de trabalho (0,07%) | 1,82 | 1,82 | 2,37 |
| Total (10,38%) | | 269,93 | 269,93 | 350,91 |

Importante registrar que, a empresa que vier a celebrar contrato com esta Administração terá retido em sua nota fiscal/ fatura os valores de 13º salário, férias + 1/3 e multa do FGTS, valores esses que serão depositados em conta vinculada específica que somente poderá ser movimentada quando ocorrer um dos fatos geradores (pagamento de férias, 13ª salário ou multa do FGTS) e desde que a Contratada comprove a devida despesa.

Assim, é possível constatar que a empresa Recorrida NÃO OBSERVOU OS TERMOS EDITALÍCIOS QUANTO AO PROVISIONAMENTO DAS REFERIDAS VERBAS, SENDO O PERCENTUAL COTADO MANIFESTAMENTE INSUFICIENTE PARA HONRAR COM A REFERIDA VERBA TRABALHISTA E PARA A REGULAR RETENÇÃO E DEPÓSITO NA CONTA VINCULADA.

Diante do exposto fica claro que por meio do Edital, a solicitação **uma vez realizada para uma licitante, deve ser exigida para TODAS, visando o princípio da isonomia na licitação.**

O doutrinador Hely Lopes complementa o raciocínio acerca da licitação dizendo que: *como procedimento, desenvolve-se através de uma sucessão ordenada de atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos.* Tem como pressuposto a competição.

A finalidade da licitação deve ser sempre atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa, como dito acima, deve haver igualdade de condições, bem como os demais princípios resguardados pela constituição. Vale ressaltar que nem sempre a posposta mais vantajosa é a de menor preço e que o respeito ao princípio da isonomia deve ser respeitado. Encontramos embasamento no corpo da Lei 14.133/21:

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

- I - Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:*
 - a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;*
 - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;*
 - c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;*
- II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;*
- III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.*

O processo licitatório deve ser regido pelos **princípios constitucionais da isonomia**, legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e outros correspondentes, se assim houver.

Diante disso não resta uma alternativa **SENÃO A DESCLASSIFICAÇÃO DA MESMA**, conforme item 8.26 do Edital. Portanto, mais uma vez a **RECORRIDA** procura vantagem indevida quanto as demais licitantes, quando realizou o ajuste na planilha a fim de manter o valor do lance.

IV. DO DIREITO

A **Lei nº 14.133/2021**, em seu **art. 59, inciso II**, estabelece que a proposta será desclassificada quando contiver preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem injustificadas as estimativas de custo apresentadas.

Ademais, o **art. 59, §1º, inciso I**, da mesma lei, define como inexequível a proposta cujo valor seja insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da execução contratual, inclusive encargos sociais e trabalhistas.

Por sua vez, a **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022**, em seu **art. 5º, §1º**, orienta que as planilhas de custos e formação de preços para serviços continuados devem contemplar **todos os encargos incidentes sobre a remuneração do trabalhador**, incluindo **INSS, FGTS e demais encargos legais**.

Ao omitir as incidências de INSS e FGTS sobre o valor das férias, a proposta da empresa **WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA** **deixa de atender às diretrizes obrigatórias da IN nº 73/2022**, o que torna o preço ofertado **inexequível e contrário ao princípio da vantajosidade**, previsto no **art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021**.

V. DA JURISPRUDÊNCIA E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

A jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)** é pacífica no sentido de que propostas que não incluam todos os encargos sociais e trabalhistas configuram inexecutabilidade e devem ser desclassificadas, conforme Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário e Acórdão nº 1.925/2019 – Plenário.

A observância estrita da composição de custos assegura não apenas a execução adequada do contrato, mas também a **isonomia entre os licitantes** e a **sustentabilidade econômica do serviço**, conforme os princípios insculpidos nos arts. 5º, 11 e 12 da Lei nº 14.133/2021.

A necessidade de se observar valores correntes no mercado para evitar futuras frustrações é tão importante que o Tribunal de Contas da União já se manifestou sobre o tema e consolidou o entendimento de eliminação do concorrente com preço irrisório.

Destacou que o representante do Ministério Público junto ao TCU, em seu parecer, demonstrou com precisão que todas as propostas desclassificadas apresentaram alguma inconsistência no custo da mão de obra, notadamente pela falta de cotação dos adicionais noturno, de insalubridade e de periculosidade. E para o Parquet especializado, «essas irregularidades relativas ao custo de mão de obra são indícios de que as respectivas propostas podem ser inexequíveis, uma vez que os valores apresentados não são suficientes para cobrir as despesas a que se destinam. É verdade que, em princípio, é da empresa contratada o dever de arcar com os eventuais erros existentes na proposta que formulou.

No entanto, se isso não ocorrer, esse ônus recai sobre a administração (...), conforme a Súmula 331, IV, do TST (...). E arrematou o relator: «a falta de segurança por parte da administração em conhecer especificamente como se compõem os itens de custo, tais como os mencionados, compromete o julgamento objetivo para a natureza do objeto pretendido, que cuida essencialmente de prestação de serviços terceirizados». Acompanhando a manifestação do relator, deliberou a Primeira Câmara no sentido de considerar improcedente a representação. Acórdão n.º 744/2010-1ª Câmara, TC-010.109/2009-9, rel. Min. Valmir Campelo, 23.02.2010. (grifei).

Frise-se que tal situação representa um grande risco para a Administração, já que uma eventual inexecução contratual acarretar-lhe-á prejuízos incomensuráveis.

Nesta linha, Carlos Pinto Coelho Motta opina:

“ A proposta inexequível constitui-se, como se diz, numa “armadilha” para a Administração: o licitante vence o certame; fracassa na execução do objeto; e não raro intenta, junto ao órgão contratante, reivindicações de revisão de preços, baseadas nos mais engenhosos motivos. Eis a razão de todos os cuidados legais na delimitação da proposta inexequível. (MOTTA, 2005, p. 414)”

Joel de Menezes Niebhur segue a mesma linha de raciocínio:

“ Se a proposta for inexequível, sem condições de ser executada, a rigor, em vez de vantagem, impõe-se à Administração prejuízo, amarga desvantagem. As consequências que advêm da admissão de propostas inexequíveis são desastrosas para a Administração, variando desde serviços mal feitos, obras com problemas estruturais e objetos imprestáveis, que implicam rescisão de contratos, reparações e novos procedimentos licitatórios. (NIEBUHR, 2005, p. 195)”

Análogo é também o posicionamento do Tribunal de Contas da União. Reproduz-se abaixo excerto do voto condutor do Acórdão TCU nº 697/2006 - Plenário, proferido pelo eminente Ministro Ubiratan Aguiar:

[...]

9. A desclassificação de propostas em razão de preço tem por objetivo evitar que a administração contrate bens ou serviços por preços excessivos, desvantajosos em relação à contratação direta no mercado, ou inexequíveis/irrisórios, que comprometam a satisfação do objeto almejado com consequências danosas à administração.

10. No que se refere à inexecuibilidade, entendo que a compreensão deve ser sempre no sentido de que a busca é pela satisfação do interesse público em condições que, além de vantajosas para a administração, contemplem preços que possam ser suportados pelo contratado sem o comprometimento da regular prestação contratada. (Acórdão TCU 697/2006 - Plenário)”

PORTANTO, DIANTE DOS IRREFUTÁVEIS ARGUMENTOS APRESENTADOS, É INQUESTIONÁVEL O DESCUMPRIMENTO DO EDITAL, PELA EMPRESA WNS SERVICOS E LOCACOES LTDA, SENDO UM DEVER LEGAL DO PREGOEIRO DESCLASSIFICÁ-LA.

VI. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se:

1. O **conhecimento e provimento** do presente recurso administrativo;
2. A **desclassificação da proposta da empresa WNS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, por inexecutabilidade decorrente da ausência dos encargos de INSS e FGTS sobre o item “férias”;
3. Caso necessário, a **reanálise das propostas remanescentes**, de forma a assegurar o julgamento em estrita observância aos princípios da legalidade, isonomia e vantajosidade para a Administração Pública.

VII. DO ENCERRAMENTO

Nestes termos,
Pede deferimento.

Maceió/AL, 14 de novembro de 2025.

ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS LTDA
CNPJ: 05.665.521/0001-81



ASSERT SERVIÇOS EM GESTÃO DE
RECURSOS HUMANOS EIRELI-EPP
Stênio Barbosa de Lucena
Proprietário
RG. 2.664.500 – CPF 451.961.924-68